

## SEGURANÇA E DEFESA EM TIMOR-LESTE

---

*Filomeno da Paixão de Jesus\**

### 1. FALINTIL, O BERÇO DA NOVA NAÇÃO

Durante vinte e quatro anos, as Falintil lutaram contra a ocupação indonésia sem apoios externos. Aquando da retirada para as montanhas da liberdade com o instinto primário de resistir à invasão indonésia, em 1975, as Falintil tinham cerca de vinte e sete mil combatentes. Em 1992, após a captura do Comandante Xanana Gusmão, as Falintil estavam reduzidas a cento e cinquenta efectivos. As Falintil atribuem a sua sobrevivência, enquanto força organizada, a uma forte base de apoio popular<sup>1</sup>.

Nos meses que antecederam a consulta popular de 1999 e até à chegada da INTERFET<sup>2</sup>, em Outubro de 1999, as Falintil aceitaram agrupar as suas forças num único ponto de acantonamento, na cidade de Aileu, apesar de toda a provocação e violência por parte das milícias e forças armadas indonésias.

Era indubitável que, face ao seu historial de resistência e perante a disciplina e extrema organização interna, as Falintil eram um exército nacional de facto e exigia-se esse reconhecimento legal.

Assim, ainda antes da declaração de independência de Timor-Leste e da entrada em vigor da Constituição, as Falintil – Forças de Defesa de Timor-Leste são reconhecidas legalmente<sup>3</sup> como as forças de defesa de Timor-Leste. Estava dado o primeiro passo no longo processo de independência de Timor-Leste.

---

\* Brigadeiro-General.

<sup>1</sup> *King`s College, Independent Study On Security Force Options For East Timor.*

<sup>2</sup> *International Force For East Timor.*

<sup>3</sup> *Regulamento da UNTAET n.º 2001/1 de 31 de Janeiro de 2001, alterado pelo Regulamento n.º 2001/9 de 29 de Junho de 2001.*

## 2. A SEGURANÇA NACIONAL COM A INDEPENDÊNCIA

Com a libertação da Pátria, a preocupação dos políticos e comandantes militares passou a ser a gestão diária das F-FDTL em tempo de paz, a novíssima arte de motivar os agora designados “veteranos” e os incorporados pós 2001, com uma forte influência da cultura indonésia, e de como educar duas gerações completamente diferentes para uma Segurança do Estado não mais perspectivada segundo a distinção tradicional entre Forças de Defesa que protegem contra ameaças externas, e Forças de Segurança, que protegem contra ameaças internas, num país agora independente.

A integração das funções de Defesa e Segurança teve especial reflexo na Orgânica do IV Governo Constitucional, que criou o Ministério de Defesa e Segurança<sup>4</sup>, bem como na sua prática, nomeadamente pela criação do “*Comando Conjunto entre as F-FDTL e a PNTL*” para a “*Operação Halibur*”<sup>5</sup>,

Em termos legais, a Constituição timorense garante às F-FDTL a exclusividade da Defesa militar, mas não proíbe qualquer outra forma de empenhamento das F-FDTL. Por isso, o apoio às missões civis é admitido e pode ser, política e legalmente, decidido. “*A polícia defende a legalidade democrática e garante a segurança interna das populações*”<sup>6</sup>, admitindo-se esse espaço de conformação à participação das demais forças de segurança do Estado<sup>7</sup>.

As funções do Estado nesta matéria são desempenhadas por todos os seus órgãos e pessoas colectivas, mais ainda no caso vertente para salvaguarda dos valores essenciais do Estado. É assim que se compreende a atribuição de competências não estritamente militares às F-FDTL, já previstas no caso de apoio às autoridades civis e nos casos de Estado de Sítio e de Emergência, bem como a integração da componente não-militar na Defesa Nacional, especialmente atribuída às Forças Policiais e aceite pacificamente, por exemplo, na organização civil em tempo de guerra.

---

<sup>4</sup> Decreto-Lei n.º 31/2008, de 13 de Agosto.

<sup>5</sup> Resolução do Governo 3/2008, de 17 de Fevereiro.

<sup>6</sup> Constituição da RDTL, artigo 147.º.

<sup>7</sup> Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste, Braga, 2011, página 457 e ss.

Desta nova realidade, as F-FDTL foram obrigadas a reforçar as várias cooperações técnico-militares com vários países amigos, nomeadamente Portugal, com os objectivos primordiais de ajudarem na transição de uma força de guerrilha para uma força convencional e formar militares com as capacidades necessárias nas diversas áreas de especialidade.

### **3. A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR PORTUGUESA**

A participação de Portugal e das Forças Armadas Portuguesas na construção do primeiro estado do século XXI, foi realizada a título colectivo ainda na UNAMET, no âmbito nas Nações Unidas, numa vertente estritamente militar, preparando a realização do referendo de 1999, onde se encontravam alguns militares como observadores, depois na INTERFET, e na UNTAET, UNMISSET, UNOTIL e UNMIT, com unidades e meios, do Exército, Marinha e Força Aérea que aqui ajudaram a construir e garantir um ambiente de segurança e estabilidade, mas que também ajudaram populações que viviam em péssimas condições de vida, realizando acções e operações de apoio à população, nomeadamente na área da saúde e da melhoria das infraestruturas, como a construção de escolas e vias de comunicação, etc.

Além da participação com unidades constituídas, Portugal participou ainda com elementos a título individual, integrando o Quartel-General da Força Multinacional, e os Observadores Militares. Com o desenvolvimento da situação foi aumentando a responsabilidade atribuída a Portugal, chegando alguns militares a desempenhar funções de relevo e de importância quer no Quartel-General quer no comando dos Observadores Militares.

Foram vários os Batalhões que cumpriram missões em Timor-Leste, com início em 2000, tendo como principal área de responsabilidade o Sector Central, cujo comando estava em Díli. Este sector abrangia os distritos de Díli, Aileu, Same, Liquiçá, mais tarde também Manatuto. A participação incluiu ainda navios da Marinha, um integrou a INTERFET, e um destacamento de helicópteros, da Força Aérea Portuguesa, que se manteve em Timor-Leste até Junho de 2002.

Os militares portugueses participaram assim em acções e acontecimentos muito importantes no caminho para a restauração da independência e para o estabelecimento do novo estado. No apoio à reali-

zação do referendo, à realização das primeiras eleições para a assembleia constituinte e para as primeiras eleições presidenciais, apoio ao regresso de muitos refugiados a Timor-Leste e às actividades que eram necessárias desenvolver para tentar reconciliar e integrar indivíduos que meses antes tinham estado e participado em acções violentas, que marcaram divisões e abriram feridas difíceis de sarar.

É indubitável que os militares portugueses contribuíram muito para o sucesso da missão das Nações Unidas em Timor-Leste, quer na área da segurança, da criação de condições de estabilidade para o desenvolvimento e implementação do novo estado, quer nas relações humanas de amizade e gratidão desenvolvidas.

Em 1999, Timor-Leste não tinha forças armadas constituídas como tal. As FALINTIL, eram uma força de guerrilha que tinha sobrevivido e vencido a luta de libertação, mercê de uma conjugação de factores externos e de uma extraordinária capacidade de resistência, ânimo e força de vontade, alimentada pela vontade e colaboração de toda a população, que permitiram manter acesa a chama da independência e da liberdade.

Contudo as FALINTIL estavam longe de ser uma força convencional, regular, mais condizente com as exigências de um estado independente e livre. Tinham dificuldades várias, desde o equipamento, às condições de alojamento, à instrução e organização. Embora hierarquizadas segundo categorias estabelecidas durante o período da luta de libertação, havia que seleccionar e nomear uma hierarquia, era preciso organizar e instruir os guerrilheiros, tornando-os numa força convencional. Este desiderato ficou a cargo de várias nações amigas, que rapidamente se propuseram ajudar a construir as forças armadas de Timor-Leste.

Portugal esteve desde o princípio na formação das F-FDTL. A Portugal, entre outras responsabilidades coube a tarefa de formar e instruir as novas forças armadas, transformar uma força de guerrilha numa força convencional.

Foi a primeira acção no âmbito de cooperação militar com Timor-Leste. Uma equipa de instrutores veio para Timor-Leste e, em Aileu, onde estavam acantonados os guerrilheiros das FALINTIL, iniciou-se a formação e a selecção dos que viriam a integrar as F-FDTL. Foi a partir dessa acção de formação que também, sempre em cooperação com os responsáveis timorenses se fez a escolha dos elementos que preencheriam as diversas categorias.

Em conjunto com outros países, Portugal formou o 1.º Batalhão, que veio a ser instalado em Los Palos, em 2002.

É neste período também que se inicia a cooperação com a Marinha Portuguesa, que numa notável acção demonstrativa da vontade de Portugal para com Timor-Leste, oferece os primeiros navios para a então, Força Naval Ligeira.

É ainda nesta altura que nasce o *Projecto 1 da Cooperação Técnico-Militar de Portugal com Timor-Leste*<sup>8</sup>. Desde o princípio que Portugal, a pedido de Timor-Leste, nomeia um oficial superior para assessor do Chefe do Estado-Maior General das F-FDTL. No âmbito deste projecto algumas acções decorreram em Portugal, desde visitas, até estágios e acções de formação para oficiais de topo da hierarquia das F-FDTL como *Taur Matan Ruak*, *Filomeno da Paixão de Jesus*, *Pedro Klamar Fuik*, *Falur Rate Laek*<sup>9</sup>, estão entre os que foram a Portugal fazer uma preparação para o desempenho de funções. Mais tarde, outros militares de topo da hierarquia, estiveram em Portugal a receber e fazer a sua formação, inclusive para ascender aos postos mais altos da carreira nas F-FDTL.

A cooperação militar portuguesa com Timor-Leste nunca foi interrompida e teve sempre como principal vector a formação, o apoio ao recrutamento e selecção, logo em 2001-2002 e que se viria a repetir mais vezes.

Após a crise de 2006<sup>10</sup>, foi solicitado a Portugal a execução do processo de recrutamento e selecção de novos militares, mostrando confiança, e esperando assim dar mostras à comunidade internacional e interna, de que o processo era transparente e sério.

Portugal tem a seu cargo, desde o início, a formação básica de soldados, sargentos e oficiais, e alargou a formação à preparação de quadros, a cursos específicos e de especialidades, a cursos de promoção e ao apoio dos responsáveis, inicialmente, pelo Centro de Instrução Nicolau Lobato e, mais tarde, pela Componente de Formação e Treino.

---

<sup>8</sup> Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste.

<sup>9</sup> *Taur Matan Ruak*, anterior CEMGFA e actual Presidente da República. *Filomeno da Paixão de Jesus*, actual Vice-CEMGFA. *Pedro Klamar Fuik*, Director do IDN. *Falur Rate Laek*, actual CEM.

<sup>10</sup> Feijó, Rui Graça, "O Semi-presidencialismo timorense", p. 234.

Em 2011, a pedido de Timor-Leste, inicia-se a participação de Portugal como responsável pelo treino operacional, na Componente Terrestre, em Baucau. Ainda em 2011 é iniciado um projecto de cooperação para levantamento da Casa Militar do Presidente da República.

Em 2013, Portugal participa no levantamento, implementação e organização do Instituto de Defesa Nacional, ao qual tem dado o seu apoio permanente ao funcionamento, e participa com militares das Forças Armadas ensinando em várias áreas dos cursos ministrados no IDN.

A Marinha tem também assistido em permanência a criação e desenvolvimento da Componente Naval, realizando diversas acções de formação ao nível de especialidades para os meios navais, mas também, e muito importante, na formação dos fuzileiros da Componente Naval.

A cooperação militar portuguesa não é feita só em território de Timor-Leste. Várias dezenas de militares timorenses têm participado em acções de formação e cursos em Portugal, para praças, sargentos e oficiais.

Em 2012 e durante um ano decorreu uma acção de formação de língua portuguesa, com militares portugueses, professores, a ministrarem um curso intensivo para cerca de 120 militares.

A cooperação estende-se ao apoio à estrutura superior da Defesa e das F-FDTL, e foi através da cooperação técnico-militar que se estabeleceram as condições para a participação, pela primeira vez, de um contingente de militares timorenses que, integrados numa unidade de engenharia de Portugal, cumpriram uma missão das Nações Unidas no Líbano.

A cooperação militar de Portugal com Timor-Leste tem sido e continuará a ser importante no desenvolvimento das F-FDTL. A distância é um natural obstáculo à realização de actividades, mas os militares portugueses, na tradição de muitos dos que os antecederam, em outras condições e acções, têm sabido desempenhar e ajudar a criar umas forças armadas que são uma instituição fundamental em Timor-Leste.

Laços históricos fortes, por vezes conturbados, mas também de profunda amizade e respeito, a língua, a capacidade de adaptação, o sentimento de se pertencer a uma comunidade muito própria, a CPLP, uma cultura em muitos aspectos comum, uma muito própria e especial maneira de ser e de estar dos militares portugueses e dos timorenses, aproxima os militares de Timor-Leste e de Portugal e faz da cooperação militar portuguesa uma peça de extrema importância e de não desprezar, em todo o processo de desenvolvimento das F-FDTL, mas também de Timor-Leste.